

ATA 01/2022 - ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA – 10/02/2022

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, na Sede da APMC Sindicato, reuniu-se a Categoria dos Trabalhadores em Educação em Assembleia Extraordinária conforme convocação abaixo: O Presidente da APMC – Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias convoca os **Trabalhadores em Educação** para **ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA**, dia **10 de fevereiro** de 2022, **quinta-feira**, com a primeira chamada para às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos) e a segunda chamada para as 18h00min (dezoito horas) na Sede da entidade, cito, Rua Pedro Pavin, 937 – Centro – Colombo (ao lado da Natação Amaral). **INFORMES gerais:** Repasse da **reunião com a prefeitura do dia 24/01/2022**; Ações da APMC: ofícios protocolados, ações judiciais; orientações da Cnte; pedido de AUDIÊNCIA com o Executivo; **FUNDEB:** prestação de contas do Fundeb: Balancete de dezembro de 2021; **SOBRAS e RATEIO;** o que diz a Lei do Novo Fundeb e **o que Colombo está fazendo?** Qual a posição da **APMC?** **PENDÊNCIAS: DATA-BASE 2022** (IpcA 10,06%); anuênios, progressões, avaliação de desempenho... Debate da conjuntura e propostas; **PROPOSTAS E SUGESTÕES de MOBILIZAÇÃO:** definir **AS PRIORIDADES** e os **próximos passos de mobilização nas escolas, cmeis... Outros:** *Claudinei Duarte de Lima*, Presidente da APMC – Sindicato. **JUNTOS POR VALORIZAÇÃO... JUNTOS PODEMOS MAIS!** Às dezessete horas e trinta minutos foi lida a primeira convocação e às dezoito horas a segunda convocação conforme rege o Estatuto da entidade. O presidente da entidade colocou em votação a pauta da assembleia que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Foi constituído a mesa para condução dos trabalhos com a presença do Vereador Anderson Prego, do presidente da Assemco, Gilberto D'Agostin e do Secretário de Convênios da Diretoria da Assemco, Sr. Ricardo Alonso; que saudaram os presentes enaltecendo a importância do momento sobretudo o entrelaçamento das entidades na construção de uma pauta conjunta em prol dos servidores com a participação do legislativo municipal, com destaque ao compromisso do vereador Anderson Prego, presente e atuante para atender as demandas da entidade e da Categoria. Em seguida, o presidente Prof. Claudinei Duarte de Lima apresentou os informes gerais e os demais pontos da pauta sendo debatido cada ponto pelos membros presentes. **I - INFORMES gerais:** a) Repasse da **reunião com a prefeitura do dia 24/01/2022**; apresentação da projeção do orçamento do município de Colombo para 2022 baseado no orçamento executado de 2021; impacto financeiro com os servidores públicos em 3 cenários: 1º) devolução dos 4,52% (compromisso assumido e parcelado até maio de 2022); 2º) Cenário com pagamento atualizado do piso nacional a partir de fevereiro (para recebimento no início de março); 3º) Cenário com pagamento da **DATA-BASE 2022**, demais pendências (anuênios, avaliações e progressões); O 2º e 3º cenário ficou para ser revisto **em MAIO**, após análise criteriosa do primeiro quadrimestre em uma **REUNIÃO** com as entidades representativas dos servidores, entre elas, a APMC representando os Trabalhadores Municipais de Educação; **POSIÇÃO DA APMC:** a) pagamento retroativo das pendências desde

a data que foi protocolado ou suspenso por causa da Lei 173/2020 da pandemia; pagamento atualizado do piso nacional do magistério (**R\$3.845,34**) desde 1º de janeiro; b) **CONTRATAÇÃO DO CID CORDEIRO** para análise técnica do orçamento municipal para ter um contraponto com o estudo apresentado pela Prefeitura correlacionado com os recursos do Fundeb, demais impostos e tributos; C) **Ações da APMC**: ofícios protocolados, ações judiciais: ação para pagamento retroativo de janeiro a junho dos 4,52%; orientações da Cnte; pedido de AUDIÊNCIA com o Executivo: ofício 01 e 07/2022; II - **FUNDEB**: prestação de contas do Fundeb: Balancete de dezembro de 2021; **SOBRAS e RATEIO**; o que diz a Lei do Novo Fundeb e **o que Colombo está fazendo?** Qual a posição da **APMC**? A APMC encaminhou ofício para a Prefeitura, para a Semed e para a presidente do Fundeb solicitando o Balancete de dezembro de 2021, a fim de verificar como Colombo cumpriu com a aplicação dos recursos recebidos, sobretudo em relação aos 70% exigidos para ser investido na folha de pagamento dos profissionais do magistério. Contudo até o momento não recebeu o balancete. A presidente do Fundeb se manifestou afirmando estar ciente do ofício da APMC, e comentou que o mesmo ainda não estava pronto dentro dos moldes apresentados para o Conselho, mas as informações solicitadas foram publicadas no diário oficial; Cabe salientar que a Lei do Novo Fundeb abre a possibilidade dos municípios aplicarem até 10% dos recursos recebidos no decorrer do ano em exercício no primeiro quadrimestre do ano seguinte, ou seja: 30 de abril; Desse modo pressupõe-se que Colombo tenha optado em aplicar as **SOBRAS** do ano de 2021 nesse primeiro quadrimestre e somente após o fechamento do mesmo, verificará se mesmo assim continuará com sobras a fim de fazer o **RATEIO** permitido e recomendado na Lei. A APMC está acompanhando atentamente e em breve terá maiores informações, pois está sendo agendado a primeira reunião do FUNDEB para o dia 23 de fevereiro. **POSIÇÃO DA APMC**: a) utilizar as **SOBRAS** ainda em 2021 com proposta de descongelamento dos anuênios, avaliações e progressões, e se mesmo assim sobrasse: fazer o **RATEIO** com o restante com os profissionais do magistério; III - **PENDÊNCIAS: DATA-BASE 2022**: (IpcA 10,06%); anuênios, progressões, avaliação de desempenho... Debate da conjuntura e propostas; Desde novembro de 2019 permanecem suspensos e congelados as progressões dos servidores, sob alegação de falta de recursos, e extrapolação da **LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (54%)**; Cabe ressaltar que desde 2015 a Prefeitura não tem pago **RETROATIVAMENTE** as progressões de direito dos servidores, exceto àqueles que obtiveram **SENTENÇA JUDICIAL** favorável; **POSIÇÃO DA APMC**: que a Prefeitura assuma o pagamento retroativo dessa pendência sem necessidade de continuar tendo que **JUDICIALIZAR** para receber esse período, antes de que ocorra a **PRESCRIÇÃO** (passar 5 anos); Após amplo debate e discussão a Categoria apresentou várias **PROPOSTAS** durante a assembleia e escolheu após profunda análise da conjuntura as **PRIORIDADES** para o presente ano. **PRIORIDADES**: 1. Descongelamento e pagamento (retroativo) dos ANUÊNIOS, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO e PROGRESSÕES; 2. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO: atualização do novo valor do piso para 2022 (R\$3.845,34) com pagamento retroativo a partir de janeiro; Reforçar a luta para que o valor inicial do piso seja incluso na TABELA SALARIAL e não pago como “complemento” para acabar assim com o “achatamento salarial”; 3. DATA-BASE 2022: que seja concedido os

10,06% de forma retroativa a janeiro; 4. FUNDEB: rateio das sobras (8,69% que faltaram para completar os 70%); 5. PL - Projeto de Lei para alteração do cargo de educador infantil para Professor de Educação Infantil; 6. CAN - Comissão Ampliada de Negociação; (posse em março); **PROPOSTAS:** 1. Acompanhamento sistemático do diário oficial do município dos gastos dos recursos do FUNDEB e dos 25% da educação; (pesquisar onde está sendo aplicado os 25% da educação); 2. Acompanhamento mensal das contas municipais, sobretudo dos recursos do FUNDEB com destaque aos 70% exigido por lei para o pagamento em salário aos profissionais do magistério; 3. Contratação do Economista CID CORDEIRO para estudo do orçamento municipal do quadrimestre, com ênfase para o mês de abril (fim do quadrimestre) a fim de fundamentar a tomada de decisões em MAIO em relação a DATA-BASE e as demais pendências conforme aprovado nas prioridades acima; com parceria da ASSEMCO e do mandato popular do vereador PREGO; 4. Avaliação dos MATERIAIS ESCOLARES que os alunos receberão, sobretudo os livros que foram licitados com orçamento municipal, e não fazem parte do PNLD; (livros de inglês, musicalização...) apostilas... (educação infantil); bem como das mochilas, tênis, uniformes, visto que o montante dos recursos aplicados já ultrapassam 15 MILHÕES; sendo que apenas os UNIFORMES, custaram mais de 8 MILHÕES; 5. Internet: acompanhar e avaliar os recursos tecnológicos, sobretudo a qualidade da internet e o acesso aos profissionais para execução do trabalho com qualidade sem necessidade de usar seus dados de celulares, tablets etc... 6. ASSEMCO: manter a unidade na pauta comum: data-base, descongelamento, piso... e fazer uso dos meios de comunicação da mesma para fortalecer as ações e avançar na pauta e unidade de todos servidores; acima das siglas: APMC e ASSEMCO, os servidores em primeiro lugar; 7. **MÍDIA EM GERAL:** redes sociais, uso maciço das redes sociais em geral para divulgar as AÇÕES do sindicato, e a apresentação das demandas e sugestões da categoria; 8. **CAN:** Comissão Ampliada de Negociação; Posse em março e início da formação com estudo do ESTATUTO, PLANO DE CARREIRA e PME; marcar AUDIÊNCIA com o prefeito junto com essa comissão ampliada; 9. **FUNDEB:** reforçar o RATEIO das SOBRAS do FUNDEB 2021, visto que de acordo com o BALANCETE do último bimestre publicado no diário oficial dia 28 de janeiro, foi aplicado apenas 61,31% dos recursos e os 8,69% que faltaram para completar os 70% poderia ter sido realizado o RATEIO, ou ao menos já ter aplicado no “descongelamento” dos anuênios, avaliações de desempenho e progressões; 10. **PL: Projeto de Lei do Executivo Municipal** para incluir o valor inicial do piso nacional na tabela salarial e acabar com o achatamento salarial existente desde 2015; A APMC agradece carinhosamente a presença de todos que estiveram presentes na assembleia, bem como os que acompanharam online pelo meet após aprovação dos presentes; Nossa gratidão ao presidente da ASSEMCO, Gilberto D’Agostin e ao Diretor de Convênios da ASSEMCO, Ricardo Alonso, bem como ao vereador, Anderson PREGO que contribuíram para o debate e auxiliaram na tomada de decisões da Categoria. Nada mais tendo sido tratado lavrou-se a presente ata para constar.